

CAPÍTULO 5 ATORES SOCIAIS

Este capítulo tem por objetivo a identificação dos sujeitos sociais atuantes na região de estudo, de forma a permitir uma compreensão da complexidade e diversidade dessa atuação e seus interesses e dos conflitos sociais existentes e potenciais, especialmente os relacionados à implantação de um Pólo Minerado-Industrial, no Município de Corumbá.

Normalmente, diagnósticos dessa natureza constituem-se na base para a consulta, a participação e o comprometimento dos diversos setores sociais no desenvolvimento de um dado projeto. No caso desta AAE, a mobilização em decorrência da implantação do Pólo, em função das possíveis repercussões sobre a dinâmica regional e, particularmente, o aumento da pressão sobre os recursos ambientais no Pantanal resultaram na organização de um fórum de interlocução entre o segundo e terceiro setor - Plataforma de Diálogo.

A Plataforma de Diálogo é um formato de interlocução entre setores tidos tradicionalmente como antagônicos, como as organizações não-governamentais (ONG) que atuam no Pantanal e empresas estabelecidas e que pretendem investir na região, com o objetivo de buscar soluções para conciliar as necessidades do desenvolvimento de Corumbá com a conservação do Pantanal. Consiste em um compromisso e uma parceria diante de novos parâmetros de comportamento empresarial para a proteção do meio ambiente, para além do que determina pela legislação nacional (Quadro 5.1).

Quadro 5. 1
Participantes da Plataforma de Diálogo

Empresas	Mineração e Metálicos S.A. (MMX)
	Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS)
	Cia. de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul S.A. (MSGÁS)
	Vetorial Siderurgia Ltda.
Organizações Não Governamentais	Conservação Internacional (CI – Brasil)
	ECO A – Ecologia e Ação
	Fundação AVINA
	Fundação Ecotrópica
	Fundação Neotrópica do Brasil
	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza
	Fundação Pantanal Com Ciência
	Instituto do Homem Pantaneiro
	Organização de Cultura, Cidadania e Ambiente (OCCA Pantanal)
WWF-Brasil	

5.1 Identificação dos Atores Sociais Atuantes

A identificação dos sujeitos sociais atuantes na região de estudo teve como objetivo permitir uma compreensão da complexidade e diversidade dessa atuação e seus interesses e dos conflitos sociais existentes e potenciais, especialmente os relacionados à implantação de um Pólo Minerário-Industrial, no Município de Corumbá.

A identificação dos sujeitos sociais atuantes num território impôs alguns procedimentos: (i) o registro dos principais sujeitos sociais segundo sua capacidade de mobilização e interferência no debate; (ii) a identificação de temas ou lutas mobilizadoras da sociedade local; e (iii) a relação entre impactos, mobilização social e conflitos, observando-se a forma como as lutas e as demandas da sociedade se institucionalizam.

Para a identificação e levantamento das informações foram realizadas reuniões com os diversos segmentos sociais atuantes na área (**Anexo II**), a partir de um roteiro semi-estruturado. A cada reunião buscou-se a indicação de outros atores, de forma a garantir uma cobertura mais ampla possível, embora restrita aos atores com alguma interface com o conjunto de empreendimentos e a região de estudo.

Foram entrevistas representantes do poder público (esferas federal, estadual e municipal), setor produtivo, organizações não governamentais, dentre outros. Além da realização das entrevistas foi realizado levantamento em fontes secundárias, como relatórios técnicos e publicações de interesse, bem como em *sites* oficiais.

Vale ressaltar que as opiniões reproduzidas neste capítulo foram coletadas a partir de entrevistas realizadas em visitas à região pela equipe do LIMA/COPPE/UFRJ e informações disponibilizadas pelas organizações não governamentais integrantes da Plataforma de Diálogo.

5.1.1 Empresas Mineradoras

Esses atores sociais englobam o segmento empresarial ligado ao setor de mineração que atua ou pretende desenvolver atividades na região de estudo, integrantes do fórum Plataforma de Diálogo. Sua atuação compreende, além do compromisso de financiamento desta AAE, o fornecimento de informações sobre as atividades ora desenvolvidas na região e as perspectivas para o futuro, de fundamental importância para a definição dos cenários e cujas oportunidades e riscos ambientais serão objeto de avaliação.

No início da discussão para a formação do fórum a empresa mineradora Rio Tinto integrava o conjunto de participantes; entretanto, esta empresa afastou-se do processo, uma vez que promovera a elaboração de uma AAE específica do “Complexo Minerário-Siderúrgico de Corumbá”, finalizada em agosto/2007. Apesar disto, colocou-se à disposição para fornecer os dados solicitados e acompanhar o desenvolvimento e a discussão dos resultados do estudo, no âmbito da Plataforma de Diálogo.

5.1.2 Organizações Não Governamentais (ONG)

Constituem-se em uma forma de manifestação da sociedade em torno da conservação e dos mecanismos e instrumentos de controle e gestão ambiental, com grande articulação com o movimento internacional e nacional, especialmente interessado no estado, na proteção da biodiversidade e da beleza natural do Pantanal. Manifesta-se por meio de diversas organizações não-governamentais nas áreas de pressão política, educação ambiental e, em alguns casos, implementação de projetos de conservação e recuperação do meio ambiente, assim como na

promoção do desenvolvimento sociocultural da região pantaneira. As organizações não governamentais contempladas nesse estudo são aquelas integrantes da Plataforma de Diálogo.

5.1.2.1 Conservação Internacional (CI – Brasil)

A missão da Conservação Internacional (CI) é preservar a biodiversidade global e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza. A CI é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade. Fundada em 1987, em poucos anos cresceu e tornou-se uma das mais eficientes organizações ambientalistas do mundo. Atualmente, trabalha para preservar ecossistemas ameaçados de extinção em mais de 30 países distribuídos por quatro continentes. A organização utiliza uma variedade de ferramentas científicas, econômicas e de conscientização ambiental, além de estratégias que ajudam na identificação de alternativas que não prejudiquem o meio ambiente. No Brasil, o primeiro projeto de conservação teve início em 1988.

A CI tem sede em Belo Horizonte/MG e possui outros escritórios estrategicamente localizados em Brasília/DF, Belém/PA, Campo Grande/MS, Caravelas/BA e Salvador/BA.

A CI visualiza um mundo no qual as necessidades e aspirações das pessoas estejam sempre em harmonia com a riqueza e a diversidade da vida sobre a Terra. Acredita que o patrimônio natural do planeta deve manter-se para que as gerações futuras possam florescer espiritualmente, cultural e economicamente. A sua missão é conservar o patrimônio natural do planeta – biodiversidade global – e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza.

A visão e missão da CI são orientadas por valores essenciais, imutáveis e universais, envolvendo: (i) paixão, inspirada pela natureza e valorização da diversidade da vida em todas as suas formas; (ii) respeito aos outros e apreciação da diversidade de culturas, talentos e experiências; (iii) otimismo sobre o futuro da Terra e confiança que, junto com parceiros e aliados, serão atingidos resultados de conservação sem precedentes; (iv) atuação com integridade e responsabilidade das ações; e (v) perseverança para alcançar os resultados pretendidos, com coragem, apesar dos desafios e dificuldades.

No que se refere à implantação do Pólo Mineiro-Siderúrgico, o representante da CI-Brasil indicou como a principal questão a inevitabilidade da pressão sobre a vegetação nativa, uma vez que a utilização de madeira oriunda de floresta plantada somente seria iniciada cerca de sete anos depois, tempo necessário para maturação do eucalipto. Mencionou, também, que o Pólo poderá servir de justificativa para a implantação da hidrovía do Rio Paraguai para escoamento da produção mineral, o que alteraria a dinâmica hidrológica do Pantanal. Questionou a localização do Pólo, uma vez que deveria ser estudado outro local para beneficiamento do minério, reabilitando o modal ferroviário, para o seu transporte. Ponderou que os insumos — carvão e calcário — estão disponíveis em outras regiões.

Quanto a sua expectativa da AAE, mencionou que estava “meio decepcionado” com a mobilização da Plataforma, que poderia servir para alinhar uma compreensão do Pantanal como um todo, uma vez que parte da visão de que: “*o que ocorre na bacia do Alto Paraguai tem reflexo direto na planície*”. Segundo sua visão o fórum está reduzido, em função da ausência de importantes representantes do setor industrial, como a VALE, a Votorantin e a Rio Tinto, representando perda de uma grande oportunidade para discussão e debate sobre a região e seu futuro. Em sua opinião a Plataforma transformou-se em um fórum burocrático de acompanhamento da AAE.

Por fim, apontou como preocupação o avanço da soja sobre a região do Pantanal, assim como a implantação de novas usinas de álcool na bacia do Alto Paraguai. Segundo informou, embora

legalmente vetada a implantação ou a ampliação de usinas de álcool nessa região, no Município de Sonora a usina existente conseguiu autorização do órgão licenciador para sua ampliação.

5.1.2.2 ECOA – Ecologia e Ação

A Ecoa é uma organização não-governamental brasileira, fundada em 1989, que atua na área socioambiental e tem como objetivo a promoção de ações em defesa da qualidade de vida e da preservação e conservação dos bens naturais. Atua localmente no Cerrado e Pantanal e desenvolve ações no âmbito nacional e internacional.

A entidade tem como visão a construção e implementação de novos modelos de sustentabilidade que concilie a qualidade da vida com o desenvolvimento econômico. Sua missão é promover ações para conservação do meio ambiente e desenvolvimento local, tendo sempre como aliado a seu trabalho a investigação científica e o conhecimento tradicional.

Para o desenvolvimento de seus projetos e ações a Ecoa associa investigação científica, trabalho de base, monitoramento de processos de degradação ambiental e social com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável por intermédio da gradativa capacitação dos grupos locais.

Desde sua criação promove e apóia campanhas pela criação de unidades de conservação e busca questionar e conquistar medidas de compensação para os grupos atingidos por mega projetos com forte impacto ambiental. A comunicação socioambiental, também, é uma linha de atuação da Ecoa.

O fortalecimento da atuação e a multiplicação de resultados são efetuados pelas parcerias com entidades de base, instituições de pesquisa, universidades e com a participação em coletivos como conselhos, fóruns e redes que se unem formando uma teia pela promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Atualmente, a Ecoa recebe apoio financeiro, por meio de execução de projetos, da Fundação Mott, Fundação Ford, Fundação Blue Moon, *New World Foundation* e da IUCN NL - Comitê Holandês da IUCN (mais informações disponíveis em www.ecoa.org.br).

A Ecoa é secretaria executiva da Coalizão Rios Vivos e da Rede Pantanal de ONG e Movimentos Sociais. Faz parte das coordenações da Rede Mata Atlântica e da Rede Cerrado. Foi por duas vezes conselheira do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Em 2002, junto com vários parceiros, criou a Agupapé – Rede Pantanal de Educação Ambiental do Pantanal para fortalecer o trabalho de educadores e gestores na Bacia do Alto Paraguai.

A Ecoa sempre acompanhou o processo de desenvolvimento no Município de Corumbá. Em 2003 iniciou a execução do projeto “Pantanal e os riscos da contaminação”, que tem como objetivo disseminar informação, capacitar lideranças, monitorar os processos de implantação dos empreendimentos e trabalhar educação ambiental com a comunidade escolar, além de iniciar um diálogo com os empreendedores da região.

No primeiro ano foi criado o Jornal Informativo – Repensar, distribuído nas escolas e na realização de palestras e seminários. O segundo ano foi dedicado ao fortalecimento das articulações entre as ONG e as associações atuantes na região – mobilização. Como fruto dos cinco anos de atuação, estimulou o surgimento de outras organizações não governamentais que desenvolvem trabalhos na região, como a ONG Paz & Natureza - Pantanal – linha de educação e sensibilização ambiental.

A instituição atua fortemente na comunicação socioambiental no Pantanal, alimentando o referido projeto, com a divulgação para a população de Corumbá, dos empreendimentos como o Pólo

Mínero-Siderúrgico previsto para o município. Segundo informações, a divulgação deverá ser fomentada por intermédio de boletins impressos, debates com a população e inserção de notícias no site da Coalizão Rios Vivos.

O Programa Natureza e Pobreza/Sub-Programa Conservando o Pantanal, por sua vez, objetiva incentivar o desenvolvimento sustentável e a melhoria de vida de cerca de 300 famílias, populações tradicionais, situadas nas regiões de Áreas Úmidas. A partir de metodologia aliada à gestão participativa, as atividades da Ecoa auxiliam na organização e geração de renda das populações.

Para o desenvolvimento de suas ações mantém um Núcleo na Serra do Amolar, utilizado como base para realização de pesquisas na região e, também, para dar suporte aos trabalhos desenvolvidos com as comunidades do Amolar.

Outra iniciativa desta ONG é o Centro de Referência de Áreas Úmidas – Pantanal. Trata-se de um centro de pesquisa bibliográfica sobre o Pantanal, acessado pelo endereço virtual (<http://Ecoa.phlnet.com.br>), onde estão disponíveis títulos referentes ao acervo especializado, constituído por diversos tipos de materiais, como livros, periódicos, folhetos, projetos, programas, relatórios, avaliações independentes, monografias, teses, vídeos, mapas.

O chamado programa “saneamento básico nas cidades pantaneiras”, busca envolver Prefeitos Municipais e outros atores na busca de melhoria das condições de saneamento básico na planície pantaneira, sendo Corumbá um dos dez municípios envolvidos no trabalho.

Na entrevista realizada junto ao representante da Ecoa foram apontadas as seguintes fragilidades da região de estudo: (i) a pressão do desmatamento da vegetação nativa, em função dos empreendimentos que requerem o carvão no seu processo produtivo; (ii) a expansão da pecuária; e (iii) o avanço da lavoura canavieira, a partir da pressão dos produtores para a mudança na legislação, que restringe essa cultura e a implantação de usinas de álcool na bacia do Alto Paraguai.

Quanto à implantação do Pólo em Corumbá, o representante da Ecoa enumerou as seguintes preocupações: (i) potencial poluidor dos empreendimentos que afetam o Pantanal; (ii) atração populacional, inclusive de bolivianos; (iii) pouca capacidade das prefeituras para atender as necessidades das populações; (iv) implantação definitiva da Hidrovia Paraná- Paraguai para atender à demanda por transporte para escoamento da produção (mineração e siderurgia), constituindo risco não só para o Pantanal, mas, também, para o sistema de áreas úmidas Paraná-Paraguai; (v) impacto sobre a população local, se não for acompanhada de uma política de inclusão social, em função do alto índice de desemprego e analfabetismo; (vi) conseqüências das emissões atmosféricas com a operação do Pólo, em decorrência das condições climáticas – altas temperaturas e pouco vento; (vii) falta de planejamento territorial – a termelétrica proposta estava localizada na área urbana residencial; e (viii) decisão política pela opção da implantação do Pólo em detrimento do fomento ao setor de turismo e do incentivo para as modalidades de evento e turismo histórico, científico, contemplativo e ecológico.

Outra preocupação da Ecoa refere-se à emissão de licenças de instalação de novas unidades industriais no município e o processo, em curso, de licenciamento ambiental do Pólo, antes da finalização da AAE. Na visão da instituição, todos os processos de licenciamento ambiental deveriam ser suspensos até a finalização dos estudos.

Quanto às expectativas da AAE, considera “*super importante, pois indica a postura de ampliar o diálogo e a conversa entre os segundo e terceiro setores*”, sendo que avalia que o estudo deverá ser o mais abrangente possível considerando, inclusive, a possibilidade de o processo de transformação ocorrer fora da área da planície.

5.1.2.3 Fundação AVINA

A Fundação AVINA é uma organização de origem suíça, criada em 1994 pelo empresário Stephan Schmidheiny, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em toda a América Latina, com atuação no Brasil desde 1999. A AVINA identifica lideranças comprometidas com a transformação social, pessoas com perfil empreendedor e investe nesses agentes, que passam a integrar a comunidade de líderes-parceiros da instituição. A AVINA estimula a formação de alianças e redes para a transformação social, em especial entre o setor privado e a sociedade civil, partindo da premissa de que a experiência de um setor pode complementar e fortalecer a atuação do outro. A Fundação respeita as peculiaridades e necessidades de cada iniciativa que apóia, promove o fortalecimento de vínculos e do relacionamento entre lideranças, contribuindo para a construção de um modelo próprio de desenvolvimento sustentável e democrático na América Latina.

No âmbito da AAE a Fundação AVINA atua como mediadora e animadora dos complexos processos negociais em curso na Plataforma de Diálogo, além de secretariar o processo com as seguintes atribuições: (i) prestando informações aos integrantes da referida plataforma; (ii) sendo parte interessada no contrato para a elaboração da AAE, firmado entre empresas e a Fundação COPPETEC; e (iii) mantendo registros de ata e arquivos de toda documentação pertinente ao fórum.

Quanto às expectativas dos resultados da AAE, a AVINA entende que a Plataforma representa uma oportunidade ímpar de construção de um novo paradigma de relacionamento e resolução de conflitos entre empresas e ONG: o diálogo para construção de soluções conjuntas ao invés do conflito, pelo menos tentativamente. O futuro do Pantanal está sendo, assim, discutido com o compromisso prévio das empresas irem além do mínimo que a legislação exige. O processo ocorre sob o olhar atento do Ministério Público como guardião da lei e observador formal do processo, além dos veículos da imprensa interessados.

Nesse contexto, a AAE tem grande importância, pois seus resultados deverão fundamentar o diálogo entre empresas e as ONG integrantes da Plataforma de Diálogo e as possíveis negociações de condicionantes – em termos coletivos, muito embora possa haver desdobramentos ou negociações bilaterais (empresa a empresa). Assim, para a AVINA, os resultados da AAE devem: (i) refletir claramente os efeitos sinérgicos e cumulativos dos impactos dos empreendimentos instalados ou em vias de instalação no Pólo Mineiro-Siderúrgico de Corumbá e suas conseqüências ambientais e sociais; (ii) indicar alternativas técnicas e locais disponíveis para minimizar impactos; (iii) indicar possíveis cenários para a região, de forma a permitir a reflexão sobre as possíveis escolhas e suas conseqüências; e (iv) indicar os marcos legais para cada indicador, possibilitando a negociação de metas para as empresas integrantes da plataforma.

Dentre os resultados esperados pela AVINA, no âmbito da Plataforma de Diálogo, estão a mais efetiva proteção do Pantanal devido à prevenção, mitigação e compensação de eventuais impactos ambientais e sociais dos altos investimentos previstos para a região e a diminuição dos custos econômicos e sociais de transação entre as empresas e a sociedade.

No que se refere às questões estratégicas relativas ao uso e a proteção dos recursos ambientais, consideradas mais importantes para ser objeto de análise na AAE, a Fundação apontou a perda de biodiversidade; a pressão sobre vegetação nativa em razão da demanda por carvão; a fragmentação e perda de habitat; disponibilidade e qualidade da água, a dinâmica fluvial e de sedimentação; e a qualidade do ar.

5.1.2.4 Fundação Ecotrópica

Segundo informações do representante da Fundação Ecotrópica referente às expectativas dos resultados da AAE, desde sua criação esta estabeleceu como norteador de sua atividade o paradigma de que, tudo que é ruim para o Pantanal é ruim para a Ecotrópica. Neste sentido, a instituição espera que a AAE seja capaz de ser, de fato, uma Avaliação Ambiental Estratégica. Nem mais nem menos. Ou seja, que tenha conteúdo para informar a sociedade sobre os reais custos ambientais que o modelo minerário, energético e industrial em implantação em Corumbá representa para o Pantanal.

Quanto às questões estratégicas referente ao uso e a proteção dos recursos ambientais mais importantes para ser objeto de análise na AAE, a instituição indicou o equilíbrio dos sistemas e processos ecológicos, principalmente a dinâmica e qualidade de águas e de sedimentos, com abordagem clara das interdependências planalto/planície; o marco legal de todo o processo; as espécies endêmicas e/ou ameaçadas de extinção; e os habitats especiais ou únicos. Além desses aspectos, para a elaboração de um programa de desenvolvimento produtivo para a região, deverá ser efetuada uma análise profunda do compromisso empresarial de restauração da paisagem e de ambientes especiais.

5.1.2.5 Fundação Neotrópica do Brasil

A Fundação Neotrópica do Brasil existe há quatorze anos e sua atuação está voltada para a criação de novas unidades de conservação de proteção integral e atendimento às comunidades tradicionais, mas somente aquelas localizadas ou em áreas de entorno ou de sensibilidade ambiental.

A Fundação mantém escritório no município de Bonito, base para as atividades na região, iniciadas com o movimento de criação do Parque Nacional de Bodoquena, localizado na serra de mesmo nome, a mais preservada do estado. Foi firmada parceria com a Promotoria de Justiça de Bonito, visando a ações e assessoria técnica aos proprietários rurais que assinaram um Termo de Ajuste de Conduta (com cinquenta assinaturas) para a preservação das áreas de proteção permanente na bacia do rio Formoso. A Fundação elaborou o diagnóstico de 75 propriedades, com a indicação das ações necessárias para a preservação das referidas áreas.

Na região peripantaneira, em função da preservação do pantanal, mantém parceria com a CI-Brasil (mantenedora por três anos), para o desenvolvimento de projeto nos corredores de biodiversidade no Pantanal. Na primeira fase, envolveu a identificação de lacunas de conhecimento nas regiões de Miranda, Bodoquena, Bonito, Porto Murtinho, Jardim e Nioaque. A parceria, também envolve: o fortalecimento de políticas públicas, a partir de trabalho junto aos conselhos municipais e de educação ambiental junto aos professores; o incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), para implantação dos corredores ecológicos, além da elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional de Bodoquena (finalizado, em fase de aprovação).

A Fundação não tem atuado na região prevista para a instalação do Pólo, mas, dada a proximidade com Bonito, estão preocupados com os reflexos, principalmente, no que se refere à ampliação do processo de desmatamento da vegetação nativa para o abastecimento dos grandes empreendimentos. As fragilidades apontadas com a implantação do Pólo estão associadas à falta de estrutura das instituições de fiscalização e controle ambiental do estado; à pressão política; e à localização das empresas em uma região com pouca disponibilidade para o atendimento da demanda de água e carvão, este último como indutor de desmatamento.

Na visão da organização, a Fundação é a ONG de perfil mais conservacionista que integra a Plataforma de Diálogo, cuja formação resulta de amadurecimento dos movimentos sociais, embora

abrigue diversos interesses, nem sempre convergentes. Espera que, como resultado da AAE, os empreendedores se comprometam com o cumprimento da legislação aplicável e, em contrapartida pelo uso dos recursos, forneçam algo mais para a região, como a capacitação de mão-de-obra local, iniciativa que poderá ser replicada para outras regiões e situações.

5.1.2.6 Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – Fundação O Boticário

A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, criada em 1990, é uma organização sem fins lucrativos, com sede em Curitiba/PR, que atua no patrocínio e disseminação de ações no campo da conservação da natureza no País e, também, opera projetos próprios na área.

A Fundação O Boticário, como é conhecida, nasceu do desejo da sua mantenedora - O Boticário, uma companhia de capital fechado, fabricante de produtos de perfumaria, cosméticos e higiene pessoal, de empreender ações de conservação da natureza como expressão da responsabilidade social com a comunidade.

Para alcançar sua missão de maneira mais efetiva, a Fundação O Boticário concentra suas atividades nas áreas protegidas do Brasil e nas atividades relacionadas à proteção de seu entorno, que compreendem porções significativas de ambientes naturais, que abrigam ecossistemas únicos, espécies raras ou ameaçadas de extinção, asseguram a proteção de nascentes, mantêm belezas cênicas em seu estado original e, muitas vezes, também, protegem importantes sítios do patrimônio arqueológico, cultural e histórico do País.

A Fundação pretende, com seu trabalho, implantar este ciclo em cada bioma brasileiro, salvando parte significativa do que é mais rico na natureza brasileira, ao mesmo tempo em que conscientiza a sociedade para a importância de preservar e celebrar a vida.

Além de apoiar ações conservacionistas de terceiros, a instituição desenvolve ações no campo da conservação da natureza, da educação e mobilização, estruturadas em programas e projetos.

O Programa de Áreas Naturais Protegidas tem como objetivo incentivar a conservação de terras privadas, monitorar unidades de conservação públicas e criar rede próprias de reservas naturais privadas.

Para aumentar o número e o percentual de áreas naturais protegidas no Brasil, a Fundação identifica as áreas potenciais e por meio de um trabalho conjunto com os proprietários, incentiva à conservação dessas terras, com orientações técnicas e mecanismos legais, além da indicação das medidas de proteção mais adequadas para a efetividade da ação.

Em parceria com o IBAMA, o Centro para Conservação Tropical (*Center for Tropical Conservation*) e a Duke University (EUA), a Fundação desenvolve e aplica um modelo de monitoramento e observação das unidades de conservação nacionais, o qual possibilita a obtenção de dados e informações que são compartilhados com organizações de várias partes do mundo.

Com o objetivo de criar um modelo de reserva particular (RPPN), a qual servisse de ponto de referência para outras que futuramente seriam criadas, a Fundação adquiriu uma primeira área localizada no litoral norte do Estado do Paraná, no município de Guaraqueçaba, a Reserva Natural Salto Morato, inaugurada em 1996, com 2.340 ha, estando inserida na região que possui maior extensão de Floresta Atlântica contínua do País e reconhecida como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO.

Lançado em outubro de 2006, o Projeto Oásis, constitui-se em uma iniciativa inédita no Brasil, a partir da criação de um sistema de pagamento por serviços ambientais a proprietários de terras que se comprometerem a conservar integralmente áreas de remanescentes de Mata Atlântica, na região dos mananciais na Grande São Paulo.

O Projeto Oásis pagará aos proprietários pela restrição de uso de suas áreas, contribuindo com os esforços de conservação dos mananciais. A conservação das áreas será de responsabilidade dos proprietários que aderirem ao projeto. A Fundação responderá pela gestão dos recursos e orientação técnica dos proprietários, para que apliquem as diretrizes do plano em suas propriedades. Os técnicos do projeto monitorarão as áreas protegidas e orientarão o cumprimento das metas para sua conservação.

A Fundação O Boticário desenvolve o projeto há dois anos. O primeiro passo foi a identificação de áreas prioritárias para conservação. Os proprietários são, então, estimulados a aplicar parte do pagamento por serviço ambiental, em projetos de proteção, de infra-estrutura e na manutenção de suas próprias áreas. Nas áreas que fazem parte do projeto, localizadas em região estratégica entre a mancha urbana da metrópole e a Serra do Mar, será possível desenvolver pesquisas científicas, ecoturismo, educação ambiental e outras atividades.

Visando a disseminação de conhecimentos, valores e atitudes, a Fundação, com o Programa de Formação em Conservação da Biodiversidade, criou condições para que suas ações pudessem mobilizar o maior número possível de pessoas, promovendo capacitações sobre temas relacionados à conservação da natureza, com o objetivo qualificar a atuação de profissionais e estudantes em suas atividades relacionadas ao tema.

Fazem parte da programação regular, cursos relacionados às áreas naturais protegidas, o Programa *Trainee* em Meio Ambiente e parceria com instituições de ensino superior para cursos de pós-graduação.

O Programa *Trainee* em Meio Ambiente, lançado em 2003, visa contribuir para o desenvolvimento das instituições participantes, a partir da formação de profissionais que protagonizem soluções para a conservação da natureza. As organizações da sociedade civil da área de conservação da natureza e empresas que realizem ações de meio ambiente indicam *trainees* que passam pela formação. Estes têm sua atuação acompanhada por tutores que, também, apoiarão seu desenvolvimento profissional. Durante o programa, que tem duração de um ano, os *trainees* participam, ainda, de cinco encontros com a equipe da Fundação, desenvolvem atividades complementares e elaboram um projeto institucional.

A estratégia para os cursos de pós-graduação é trazer conteúdos mais específicos de conservação para os programas e demais ações destes cursos, utilizando tanto da expertise presente, atualmente, no quadro da Fundação, como de sua rede de contatos. Além disto, a Fundação, também, pode atuar nestas parcerias disponibilizando a estrutura de sua rede de reservas privadas para o desenvolvimento de atividades didáticas, monografias, dissertações e teses, assim como apoiando financeiramente projetos desenvolvidos com um foco claro em conservação.

As Publicações constituem-se em mais uma ação de educação e mobilização da Fundação. A série técnica *Cadernos de Conservação* destina-se à publicação de textos referenciais para a conservação da biodiversidade, tendo como foco principal o papel das unidades de conservação, sendo distribuída para todas as unidades administrativas do IBAMA, para as secretarias estaduais de meio ambiente e para organizações governamentais e não-governamentais, que atuam direta ou indiretamente no planejamento, implementação e gestão de áreas naturais protegidas e outras instituições que possam contribuir para colocar em prática princípios e experiências bem sucedidas.

A revista *Natureza & Conservação* é um periódico semestral bilíngüe (português/ inglês) que tem por objetivo promover discussões, disseminar idéias e apresentar resultados de pesquisas voltadas para a conservação da natureza com enfoques locais, regionais, nacionais e globais.

A Fundação O Boticário criou e mantém o projeto *Estação Natureza*, que é uma exposição lúdica, com o objetivo de aproximar a natureza e a população dos centros urbanos, unindo diversão, conhecimento e consciência para conservação da natureza, inaugurada, em 2001, em Curitiba/PR.

Em 2006, o projeto expandiu-se para Corumbá/MS, com a inauguração da Estação Natureza Pantanal, às margens do Rio Paraguai, com ênfase para o bioma da região.

Na entrevista realizada junto à Fundação foi dada a informação de que, atualmente, as ações da instituição em Corumbá estão centradas nas atividades de educação ambiental, desenvolvendo trabalhos com as escolas, no âmbito estadual, municipal e privado, a partir da unidade local da Estação Natureza. O Projeto denominado Encontro Pedagógico, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, tem por objetivo geral inserir a temática ambiental no cotidiano das escolas, com foco na conservação do Pantanal, tendo capacitado alunos de 90% das escolas.

No que se refere à implantação do Pólo, manifestou-se preocupação com o compromisso dos empresários para a qualificação da mão-de-obra, uma vez que a qualidade de ensino na região é muito baixa e os professores poucos qualificados, principalmente na zona rural.

Outro ponto levantado refere-se à compensação ambiental. Segundo informação, a MMX adquiriu recentemente uma área para implantação de uma RPPN. Entretanto, já teria sido requerida ao DNPM a concessão para exploração mineral nessa mesma área, pela própria empresa, além de ser ela ocupada por populações ribeirinhas. Foi sugerido à MMX que, na delimitação da RPPN, fosse excluída a porção da área com ocupação tradicional, para permitir a permanência das famílias. Em que pese a importância da iniciativa, observou-se, também, que o tipo de cobertura vegetal na nova RPPN não corresponderia à vegetação da área em que foi implantada a usina siderúrgica.

Quanto às expectativas em relação à AAE foram apontadas preocupações quanto à: (i) critérios para a delimitação da área de estudo e a região que será afetada, pela ampliação do desmatamento; (ii) linguagem técnica do texto, o que pode dificultar a sua compreensão pelo público; e (iii) inclusão na construção dos cenários futuros da utilização do gás da Bolívia, a implantação do Pólo gás-químico, o gasoduto e outras unidades associadas.

5.1.2.7 Fundação Pantanal Com Ciência

A ONG Pantanal com Ciência foi fundada, em 1995, por funcionários da EMBRAPA a fim de ampliar a capacidade de obtenção de recursos para o desenvolvimento de projetos na região de pesquisa e capacitação (cursos).

Na entrevista com representantes da Fundação, apontaram como fragilidades da região:

- a presença de carvoarias ilegais que estão promovendo o desmatamento da vegetação nativa. Estima-se que esse processo será ainda mais intensificado, com a implantação de outros empreendimentos que demandem carvão;
- o conflito de uso da água ocorrente na região, que envolve os balneários, os agricultores rurais e as indústrias de mineração. A captação é efetuada nas cabeceiras dos rios e córregos, que praticamente secam no período de estiagem. Em alguns córregos, as águas apresentam cor vermelha, não sendo mais utilizadas para dessedentação de animais;
- o baixo índice de alfabetização – 40% da população de Corumbá não possui o 1º grau completo;
- o alto índice de desemprego – trabalhadores temporários (para descarga de caminhão e turismo, predominantemente na modalidade de pesca esportiva) ou pescadores;
- a especulação imobiliária em Corumbá. Com as obras da nova unidade da MMX, aumentou o valor dos imóveis, tanto para compra como para aluguel, além de reduzir a oferta. Com o término das obras, os preços caíram não havendo como recuperar o investimento que foi realizado.

Outra questão refere-se ao turismo de pesca esportiva que, segundo a opinião da Fundação, deveria ser ampliado e dirigido para o turismo ecológico, de modo a aumentar as oportunidades de geração de renda. Por outro lado, foi manifestada grande preocupação com a associação do turismo de pesca com a prostituição, inclusive a infantil, que emprega mulheres procedentes do Nordeste, em sua grande maioria.

Quanto às expectativas com a implantação do Pólo, apontaram as seguintes preocupações: (i) capacidade de suporte do projeto em função da proximidade com os limites do Pantanal (qual a responsabilidade das empresas em respeitar esses limites?); (ii) compromisso em distribuir com equidade os benefícios; (iii) aumento da demanda por carvão vegetal; (iv) local de captação de água e lançamento de efluentes; (v) ausência de fiscalização e monitoramento pelas instituições públicas responsáveis, que se encontram desaparelhadas (falta infra-estrutura, como laboratórios, veículos e pessoal); ausência de controle da qualidade de água e do ar, somente os empreendedores possuem os dados a respeito, que não estão acessíveis; (vi) falta de dados básicos sobre a disponibilidade hídrica na região da morraria; (vii) fragilidade das políticas públicas: o Plano Diretor de Corumbá (aprovado em 2006) não define a área industrial do município nem a área para implantação do aterro sanitário. Para este último foi proposta uma área em Ladário e o aterro atenderia aos dois municípios; mas, por causa de divergências quanto à sua localização o processo de planejamento foi paralisado.

No que se refere à AAE, sugeriram que a equipe visitasse a comunidade de Maria Coelho, afetada diretamente pela implantação da Usina Siderúrgica da MMX, de onde muitas famílias saíram durante a etapa de construção. A organização desenvolve um projeto com essa comunidade, tendo elaborado um diagnóstico da situação socioeconômica, finalizado em início de 2007. O solo local apresenta boa qualidade para a agricultura e possui disponibilidade de água. As famílias vivem da agricultura tradicional e a criação para subsistência, caracterizando-se como a única comunidade na região que desenvolve a atividade extrativista (polpa da bocaiúva – tipo de palmeira), somente existente na zona de planície. Outro local para visita seria a área onde se encontram os cinco balneários (Iracema; Água Azul; Menck; Seu Domingos e Vale do Sol), uma das poucas áreas de lazer de Corumbá. Sugeriram, também, que a AAE ampliasse a região de estudo para incluir outros municípios da microbacia, como Rio Negro; Rio Verde de Mato Grosso; Rochedo, Anastácio; Aquidauana; Corguinho. Observam que na Plataforma de Diálogo faltam pessoas que tratem dos aspectos sociais da região.

5.1.2.8 Instituto do Homem Pantaneiro

O Instituto foi criado por iniciativa do Tenente Coronel Ângelo Rabello, em 2002, inicialmente, com uma abordagem restrita de proteção a natureza, convergiu para uma abordagem mais ampla – socioambiental, que orientou, em 2006, a concepção do Programa de Meio Ambiente. São ao todo onze projetos divididos em quatro programas em desenvolvimento pelo Instituto: Sociocultural; de Desenvolvimento de Base; Histórico-Cultural e de Meio Ambiente.

O Programa Sociocultural engloba a Escola de Artes Moinho Cultural Sul-Americano, que atende, atualmente, a 270 crianças de Corumbá, Ladário e da Bolívia. Funciona nas antigas instalações de um dos mais antigos moinhos de trigo do Brasil, em prédio cedido em comodato. Esse projeto envolve a formação completa e profissionalizante (música e dança) e atividades complementares – interlocução cultural nos idiomas inglês, francês, português e espanhol; acompanhamento escolar, pedagógico, psicossocial e informática. O Programa, também, é responsável pelo evento Mostra de Dança, realizado em praça pública (o primeiro evento foi em 2000).

O Programa de Desenvolvimento de Base desenvolve projetos para comunidade em parceria com o Governo Federal. No próprio prédio do Moinho funciona a Casa Brasil, Ponto de Cultura e o Ponto de Difusão Digital, aberto à comunidade em geral, oferecendo cursos de culinária, corte e costura e informática, além de um espaço de convivência onde são ministradas palestras sobre cidadania e cultura.

O Programa Histórico-Cultural está voltado para a restauração de edificações importantes do ponto de vista do patrimônio cultural da cidade de Corumbá. No momento restauram uma casa para abrigar, futuramente, o Memorial do Homem Pantaneiro.

O Programa de Meio Ambiente engloba dois projetos: (i) implantação e consolidação de uma RPPN, em uma área de 20.000 ha de propriedade da empresa MMX, que contratou o Instituto; em agosto de 2007. Encontrava-se em curso a elaboração do plano de manejo, assim como a preparação da documentação para sua criação, detalhamento e implantação, por meio de uma proposta de trabalho para os próximos cinco anos. Vale destacar que foi identificada a presença de comunidades e populações ribeirinhas a serem excluída da unidade de conservação, visando à permanência das respectivas famílias; e (ii) Ecodesenvolvimento, que prioriza como público-alvo os pescadores artesanais, estando voltado para a melhoria do bem-estar social, por um lado, e a conservação da natureza, por outro, encontrando-se em fase de mobilização e sensibilização deste segmento social.

Os programas do Instituto são mantidos por meio de patrocínio de diversas empresas privadas e mantém parceria com o poder público municipal.

No que se refere às principais fragilidades ambientais da região, os entrevistados apontaram: (i) forma como os processos de licenciamento ambiental têm sido conduzidos, os projetos individualizados, sem considerar as sinergias e cumulatividade dos impactos com outros empreendimentos de grande potencial poluidor na mesma área; (ii) a poluição atmosférica; (iii) a contaminação do lençol freático; (iv) o desaparecimento de corpos d'água em decorrência da exploração mineral; (v) o risco de acidentes, pela falta de gestão adequada; e (vi) a atração populacional, o que levaria a mudanças culturais e perdas de identidade.

Quanto à implantação do Pólo, foram manifestadas as seguintes preocupações: (i) inevitabilidade da exploração mineral, em função da presença das jazidas em Corumbá; (ii) incerteza do futuro da região, quando os recursos se esgotarem; (iii) a exploração dos recursos sem planejamento e compromisso das empresas e do Poder Público; (iv) falta de garantia de desenvolvimento social e econômico para a região e de distribuição equânime dos impostos pela presença de grandes empreendimentos.

5.1.2.9 Organização de Cultura, Cidadania e Ambiente (OCCA Pantanal)

A OCCA Pantanal foi fundada em 1º de março de 2001, nascida da iniciativa local de pautar as discussões em defesa de um novo modelo de desenvolvimento, durante a realização, em Corumbá, do Terceiro Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal, cujos integrantes eram oriundos de diferentes segmentos sociais: pesquisadores, sindicalistas, estudantes, professores, ferroviários, aquaviários, artistas, profissionais liberais e descendentes da nação guatô, em sua grande maioria engajados em movimentos sociais, culturais e ambientais, predominantemente remanescentes da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, inspirada pelo sociólogo Herbert de Souza.

No período de janeiro de 2002 e julho de 2003, a OCCA Pantanal foi membro da coordenação colegiada do Fórum Estadual de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum Estadual DCA/MS), tendo sido responsável pela

ampliação da representatividade do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mato Grosso do Sul (CEDCA/MS).

A partir de maio de 2002, passou a integrar a coordenação colegiada do Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul (FORMADS/MS); desde agosto do mesmo ano passou a ser membro titular da coordenação colegiada da recém-criada Rede Pantanal de ONG e Movimentos Sociais; a partir de setembro passou a integrar a equipe gestora do Fórum de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável de Corumbá (Fórum de DLIS de Corumbá), sendo, também, membro da Câmara Técnica sobre o Rio Taquari, no Comitê Estadual de Monitoramento do Programa Pantanal e do Conselho do Fundo Nacional de Direitos Difusos, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

A OCCA Pantanal tem como missão institucional a defesa da diversidade biológica, a valorização do patrimônio cultural, o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a efetividade das políticas públicas que assegurem qualidade de vida e inclusão social, a defesa da democracia e da participação cidadão e o respeito pela vida e pela dignidade humana, à luz da ética e da solidariedade universal.

Nesse sentido, como entidade do terceiro setor, tem como metas principais: o desenvolvimento de programas, projetos e ações pontuais visando à proteção do meio ambiente em áreas urbanas e rurais; a valorização dos bens culturais e a promoção da cidadania; a busca permanente pela manutenção da qualidade de vida em um ambiente ecologicamente planejado e equilibrado, mediante a racionalização do aproveitamento de seus recursos naturais; a participação e promoção de eventos sobre meio ambiente, cultura e cidadania; a divulgação e o registro de ações e posicionamentos da organização; e o questionamento de toda e qualquer ação que seja considerada agressão ao meio ambiente, ao patrimônio cultural ou às prerrogativas da cidadania.

Em 1997, a OCCA Pantanal, junto com o IBES, (projeto pioneiro da UNICEF) iniciou um movimento contra a exploração sexual infantil (meninas procedentes, principalmente dos estados do Paraná e Goiás).

Segundo informações, a atividade de turismo no Pantanal teve início na década de 60, com a inserção do Pantanal na rota de turismo, vinculado à “Rota do Sol” – Bolívia e Peru, com a presença de turistas europeus, principalmente alemães. Na década de 70 foram iniciadas as excursões de barco (um ou três dias, período de permanência em Corumbá dos turistas americanos, canadenses e chineses, enquanto aguardam o trem para a Bolívia). No final da década de 80, chegaram à região os empresários de turismo, basicamente o da modalidade de pesca, que, nos finais da década de 90, foram denunciados por associação com a prostituição infantil e o crime organizado – transporte de drogas.

No que se refere à implantação do Pólo, a organização manifestou-se contra, devido à forma como o ex-governador conduziu o processo. Defende como proposta para o desenvolvimento da região, o reforço de sua vocação turística, conforme explicitado na Agenda 98 – Vida e Cidadania: Caminhos para o reencontro de Corumbá e Ladário com o progresso, referendada pelo III Encontro da Cidadania, coordenado pelo Bispo Diocesano de Corumbá, em agosto de 1998, no âmbito do movimento Pacto pela Cidadania – Movimento Viva Corumbá, celebrado em junho de 1995. Isto, mais a defesa da criação da área de livre comércio em Corumbá, incluiria, de forma mais democrática, todos os empreendedores na zona urbana e não, de forma privilegiada, aqueles inseridos somente na área do Pólo; assim como a criação de um entreposto de pesca, visando a coibir a corrupção e cessar o tratamento diferenciado entre os pescadores artesanais e os profissionais.

5.1.2.10 WWF–Brasil

A WWF–Brasil atua na região desde 1998, com escritório em Campo Grande e a criação do Programa Pantanal para Sempre, que tem como objetivo promover a conservação da biodiversidade por meio da criação de unidades de conservação e a preservação de espécies; estimulando a criação de RPPN; incentivando atividades econômicas de baixo impacto ambiental; e o desenvolvimento sustentável. A área de abrangência é a bacia do Pantanal, incluindo os países fronteiriços – Bolívia e Paraguai.

O Programa está voltado para o incentivo ao desenvolvimento da pecuária orgânica certificada, de forma a valorizar os produtores tradicionais, fixar o homem pantaneiro na região, aumentar a rentabilidade da atividade e preservar o meio ambiente. A organização atua como catalisadora do processo, estruturando-se a partir de: critérios que sejam aplicáveis e visíveis; ampliação de mercados diferenciados; inserção nas cadeias produtivas de forma sustentável – social, econômica e ambientalmente; e melhoria genética do rebanho bovino.

Segundo informações, 98% da área da bacia situada no Brasil pertencem a proprietários privados. No estado, a pecuária é o uso predominante, sendo observada a sua intensificação (expansão da pecuária extensiva). Como fragilidades da região, mencionam o fato de o estado ter flexibilizado a autorização para limpeza de pastagens e o aumento da demanda por carvão, o que tem pressionado a exploração da vegetação nativa no Pantanal.

Quanto à AAE, demonstrou interesse na delimitação da área de influência estratégica, uma vez que entende que o foco deve ser o Pólo, mas a avaliação terá que ser regional em função da indução ao desmatamento para atendimento da demanda das siderúrgicas, que não ficará restrito aos municípios de Corumbá e Ladário. Preocupa-se como a degradação dos cursos d'água por resíduos químicos. A AAE deverá identificar os impactos e a extensão territorial da região a ser afetada.

5.1.3 Fóruns e Redes¹

5.1.3.1 Coalizão Rios Vivos

Rios Vivos é uma coalizão de organizações não governamentais e comunidades articuladas para conter os processos de degradação cultural, social e ambiental e implementar políticas sustentáveis que possibilitem criar uma nova relação entre sociedade e natureza.

Diferencia-se pela capacidade de coordenar ações locais, regionais e internacionais. Atua diretamente com a mobilização das comunidades tradicionais e indígenas na defesa de seus ecossistemas. Seus membros estão na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos.

Rios Vivos é hoje uma das mais importantes redes da América Latina, sendo um referencial para as ações da sociedade civil. Centenas de organizações, comunidades, instituições de pesquisa e cientistas estão conectados com a Coalizão.

A Coalizão tem como missão promover a mobilização da sociedade civil para enfrentar os problemas socioambientais que afetam ecossistemas e populações do continente sul-americano, visando o desenvolvimento sustentável e a manutenção das bacias hidrográficas.

As primeiras articulações da Coalizão ocorreram durante a Conferência de Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Em 1994, aproximadamente 100 organizações não governamentais e organizações de base formaram a

¹ As informações sobre os integrantes das redes e fóruns foram obtidas junto às ONG que participam, igualmente, da Plataforma do Diálogo, via pesquisas em *sites* e documentos técnicos disponíveis e, também, em entrevistas por e-mail.

Coalizão Rios Vivos, motivadas pela preocupação com a crescente destruição dos sistemas da bacia do Prata, na Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Na época, a principal ameaça foi o projeto da Hidrovia Paraná-Paraguai (com 3.442 quilômetros de extensão, desde Pantanal no Brasil até o Uruguai) que colocava em risco várias áreas úmidas, inclusive o Pantanal (maiores informações acesse o site www.riosvivos.org.br).

5.1.3.2 Rede Pantanal de ONG e Movimentos Sociais

Composta por organizações não governamentais, movimentos sociais, comunidades tradicionais e populações indígenas, a Rede Pantanal constitui, atualmente, uma importante referência para a sociedade civil promovendo a participação e representatividade nos processos de planejamento e iniciativas relacionadas ao Pantanal e Bacia do Alto Paraguai.

Sua criação deu-se às margens do Rio Paraguai durante a I Expedição Fluvial “Rio Paraguai Suas Águas Sua Gente”, no dia 25 de abril de 2002, município de Cáceres, Mato Grosso.

Em agosto de 2002, a Rede foi institucionalizada durante a Assembléia que reuniu 30 entidades do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no município de Miranda/MS.

A Rede Pantanal surge como resultado de um amplo processo de articulação entre organizações e atores que dividem uma preocupação comum: encontrar alternativas adequadas para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das populações e garantir a manutenção de uma das mais importantes regiões – o Pantanal, reconhecida como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade.

A Rede Pantanal entende ser de extrema importância o desenvolvimento de uma visão global que considere aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais e que promova o Planejamento Integral para o Pantanal (maiores informações acesse o site www.redepantanal.org).

A Rede tem como missão promover a vida e a cultura pantaneira e desenvolve suas ações de acordo com os seus objetivos, que são: (i) incentivo e incidência nas políticas regionais vigentes; (ii) desenvolvimento e proposição de novas políticas públicas, com vistas a práticas socioambientais baseadas em conhecimentos científicos e tradicionais; (iii) discutir e intercambiar iniciativas para a apresentação de propostas para a conservação do Pantanal e suas populações; (iv) busca de alternativas socioambientais viáveis; (v) inibição a projetos e/ou megaprojetos com potencial de degradação social e ambiental; e (vi) promover o protagonismo das comunidades e organizações de base nos processos de tomada de decisão.

5.1.3.3 Aguapé – Rede Pantanal de Educação Ambiental do Pantanal

As informações disponíveis sobre a Aguapé mencionam que o projeto "Estruturação da Rede Pantanal de Educação Ambiental" implantou e fortaleceu a Aguapé – Rede Pantanal de Educação Ambiental. Sua área de abrangência é a bacia do Alto Paraguai, tendo o projeto se desenvolvido a partir de um conjunto de ações locais descentralizadas, coordenadas por decisões colegiadas e embasadas em conhecimento técnico científico.

Essas ações têm como princípio a qualidade da informação e sua democratização por meio de vários instrumentos de comunicação. O projeto teve início em 2002 e em 2005 foi realizado o “Seminário Estratégias de Sustentabilidade da Rede Aguapé”, como marco de finalização de suas atividades, que contou com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente. Foi executado com instituições parceiras, atuando por meio da participação voluntária.

5.1.3.4 Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MS

Segundo a Carta de Princípios Norteadores do Fórum Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Mato Grosso do Sul (FORMADS/MS), datada de dezembro, 2000, este se constitui na articulação estadual de entidades não-governamentais que prestam, sem fins lucrativos, assessoramento aos usuários e beneficiários, nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, incluindo ainda entidades representativas dos profissionais das atividades afins e de defesa de direitos difusos e coletivos. O Fórum atua acima de distinções religiosas, raciais, ideológicas ou partidárias, estando aberto à cooperação com entidades governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, para a consecução de seus objetivos.

A estratégia de atuação do Fórum baseia-se em dois pontos: apoiar e repercutir as ações das entidades-membro; e promover ações articuladas em favor dos direitos dos usuários e beneficiários das políticas públicas. Suas áreas estratégicas de atuação são: (i) as alterações e reformas no panorama legal relativo ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável (ii) o re-ordenamento institucional dos organismos públicos com atuação nos referidos campos; (iii) a reformulação das práticas e concepções incompatíveis com o respeito à dignidade dos usuários e beneficiários do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; (iv) a melhoria da atenção direta aos usuários e beneficiários das políticas sociais públicas, em todas as suas formas.

No primeiro ano de atuação foram intensificadas as atividades voltadas para a legitimação e a ampliação do Fórum, em todo o território estadual, bem como para o desempenho de uma ação mais bem articulada com os diferentes segmentos sociais, sobretudo em ações de intervenção em políticas públicas relacionadas com o Programa Pantanal e a Hidrovia Paraguai-Paraná. Nesse contexto, foi estruturado o Comitê de Monitoramento do Programa Pantanal em Mato Grosso do Sul e realizados eventos de caráter tri nacionais voltados para a defesa do Rio Paraguai. Isso foi feito a partir de articulação com os núcleos na fronteira de Corumbá com a Bolívia e o Paraguai, da Aliança Rio Paraguai, com ênfase na integração de dirigentes de ONG, ferroviários, pescadores e comerciantes fronteiriços.

5.1.3.5 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)

O FUNBIO é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1995. Seu objetivo é o de complementar as ações governamentais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica do País, em consonância com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), de âmbito mundial, e o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio).

Um dos programas apoiados pela entidade é o Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE), o qual definiu quinze Pólos de ecoturismo no País, sendo um deles o Pólo Ecoturístico Corumbá/Pantanal².

² Vide: <http://www.ecobrasil.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=7&sid=4>

5.1.4 Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST)³

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra foi contemplado neste item, em decorrência de sua atuação junto aos projetos de assentamentos na região da morraria e adjacências.

O MST tem suas ações voltadas para a ampliação de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária e mobilização social no campo. Atua em diversas regiões do País, consolidando-se como importante interlocutor dentre os interesses de populações rurais junto à Política Nacional. O movimento teve sua maior consolidação a partir do início da década de 1990.

No estado de Mato Grosso do Sul é recorrente o surgimento de áreas de invasão ou acampamento como instrumento da luta pela posse da terra. O surgimento dos assentamentos rurais está estreitamente relacionado à mobilização e à organização dos trabalhadores rurais no interior dos movimentos sociais. Reúnem-se nessas experiências, desde trabalhadores rurais até antigos “brasiguaios” que lutavam pela reinserção sócio-produtiva. Esses atores sociais, contando com o apoio de diversos mediadores, dentre os quais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), têm sido responsáveis pelo processo de territorialização do MST nesse estado.

Na região de estudo, a implantação de assentamentos rurais, a partir de meados da década de 1980, insere-se no contexto da economia local a pequena propriedade e os pequenos produtores rurais. Foram criados sete assentamentos rurais no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, como resultado da mobilização de trabalhadores rurais, que migraram gerando uma progressiva demanda por terra.

Ainda, na região, em decorrência da implantação da usina siderúrgica da MMX, o INCRA criou mais um assentamento rural, na Fazenda São Gabriel, com famílias oriundas do acompanhamento de trabalhadores sem terra, denominado “Grito da Terra”, que ocupavam parte da área prevista para sua instalação. O grupo era formado por cerca de setenta famílias, de trabalhadores rurais sindicalizados que sobreviviam da prestação de pequenos serviços e da diária nas fazendas e chácaras próximas (EIA, EBX, 2006).

³ No caso do MST, as informações foram organizadas a partir de entrevistas com a equipe da Embrapa Pantanal, relatórios de estudos ambientais, contato com o INCRA e pesquisa em *site*.

5.2 Principais Problemas Socioambientais e Expectativas

O **Quadro 5.2** sintetiza os principais problemas e preocupações da região de estudo, conforme percebidos pelos atores sociais descritos, organizados segundo os temas ambientais, sociais, econômicos e institucionais. As expectativas positivas e negativas apontadas pelos mesmos atores quanto à implantação do Pólo Mínero-Siderúrgico de Corumbá estão apresentadas no **Quadro 5.3**.

Quadro 5.2
Principais Problemas e Preocupações dos Atores Sociais

Ambientais	Desmatamento (vegetação nativa)
	Disponibilidade hídrica na região da morraria
	Dinâmica hidrológica
	Degradação dos corpos d'água associada à atividade de mineração
	Sensibilidade do ecossistema Pantanal
	Especificidade da dinâmica hidrológica do pantanal
	Pesca predatória (modalidade esportiva)
	Poluição do ar e do solo associada à atividade de mineração
Sociais	Pobreza
	Baixa qualidade da educação
	Baixa taxa de alfabetização
	Tráfico e consumo de drogas
	Prostituição (inclusive infantil)
	Precariedade da infra-estrutura de serviços
Econômicos	Estagnação econômica
	Baixa qualificação profissional
	Desemprego
	Poucas oportunidades de emprego e renda
	Ausência de políticas de desenvolvimento regional
	Pouco investimento na vocação turística da região
Institucionais	Ausência de instrumentos e políticas de ordenamento territorial
	Ausência de planejamento estratégico sistemático
	Baixa capacitação dos órgãos de controle e fiscalização
	Legitimidade insuficiente dos processos de licenciamento ambiental
	Pressão política na tomada de decisões

Quadro 5.3
Expectativas Positivas e Negativas dos Atores Sociais

Positivas	
Socioeconômicas	Desenvolvimento econômico
	Geração de emprego
	Geração de receita
	Compromisso social das empresas
Negativas	
Ambientais	Pressão sobre os recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) para atendimento da demanda de água
	Poluição dos recursos hídricos em decorrência das atividades de extração mineral
	Intensificação do desmatamento da vegetação nativa, para atendimento da demanda energética
	Pressão para a implantação da hidrovía para o escoamento da produção
Sociais	Intensificação de fluxos migratórios
	Intensificação da prostituição
	Intensificação da pobreza
	Pressão sobre a infra-estrutura urbana
Econômicas	Aumento do custo de vida
	Reduzida geração de emprego
	Aumento do déficit habitacional